

RECURSO ESPECIAL Nº 1.819.468 - SP (2019/0162688-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**
ADVOGADOS : **DENIS ATANAZIO - SP229058**
 LUCIANA CAVALCANTI DE GODOY - PE025823
 CLÁUDIA VIRGÍNIA CARVALHO PEREIRA DE MELO - PE020670
 PABLO RODRIGO NAZARETH COSTA - PE030463
 CAMILA LIRA AFONSO FERREIRA PAIVA - PE035477
 ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA - PE016983
RECORRIDO : **MARIA DE LOURDES DE SANTANA OLIVEIRA**
ADVOGADOS : **HENRIQUE STAUT AYRES DE SOUZA - SP279986**
 JULIANO KELLER DO VALLE - SP302568

DECISÃO

Preliminarmente, o Supremo Tribunal Federal, concluiu pela existência da repercussão geral da matéria constitucional versada no Recurso Extraordinário 827.996/PR (Tema n. 1.011).

O reconhecimento de repercussão geral, à tese apresentada no mencionado recurso, orienta o sobrestamento destes feitos, bem como a incidência do preceituado nos arts. 1.036 e 1.037, II, do CPC/2015, em face do possível juízo de retratação pela instância de origem.

Ante o exposto, DETERMINO A DEVOLUÇÃO dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte Superior, para que, após a publicação do acórdão do respectivo recurso extraordinário representativo da controvérsia, de acordo com o disposto nos arts. 1.040 e 1.041, § 2º, do CPC/2015: 1) na hipótese de a decisão recorrida coincidir com a orientação do STF, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas, ou, 2) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação do STF, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas, ou, 3) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator